



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO
CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 08/2016

Local: Paços do Município

Data da Reunião Ordinária: 18/04/2016

Início da Reunião: 10,30 horas

Terminus da Reunião: 12,40 horas

Membros da Câmara Municipal que compareceram à Reunião:

Presidente: EMÍLIO AUGUSTO FERREIRA TORRÃO, DR. _____

Vereadores: ABEL DA SILVA DE OLIVEIRA GIRÃO, ENG.º _____

JOSÉ JACÍRIO TEIXEIRA VERISSÍMO _____

ALEXANDRA MARGARIDA GÓIS FERREIRA, ENG.ª _____

PAULA ELISABETE PIRES COSTA RAMA, DR.ª _____

AURÉLIO MANUEL MENDES SOVERAL DA ROCHA _____

JORGE LUÍS FORTE CAMARNEIRO, DR. _____

Responsável pela elaboração da Ata:

Nome: JOSÉ MIGUEL DA ROSA FELGUEIRAS _____

Cargo: CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS _____

Faltas: _____

Justificadas: _____

Injustificadas: _____

AGENDA

4
W

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. APROVAÇÃO DA ATA

- Discussão e aprovação da ata da reunião ordinárias de 04 de abril de 2016 (Ata 07).

2. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE

- INFORMAÇÕES

3. INTERVENÇÃO DOS VEREADORES

ORDEM DO DIA

A1. GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE (GAP)

A2. GABINETE DE AUDITORIA (GA)

- A2.1** Relatório Anual sobre a Execução do Plano de Saneamento Financeiro – Ano de 2015 – Tomada de Conhecimento.

A3. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL (SMPC)

A4. SERVIÇO DE MÉDICO VETERINÁRIO MUNICIPAL (SMVM)

1. DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS (DAGF)

1.1. ADMINISTRAÇÃO GERAL (SAG)

- 1.1.1.** Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas ao abrigo da autorização genérica da Assembleia Municipal para efeitos do disposto nº 2 do art.º 16 da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro.

9
W

1.2. ASSUNTOS JURÍDICOS E CONTENCIOSO (SAJC)

- 1.2.1.** Emissão prévia de Parecer Vinculativo – Isenção IMT requerida por António Fernando Simões de Sousa - Aprovar em minuta.
- 1.2.2.** Emissão prévia de Parecer Vinculativo – Isenção IMT requerida por António Silva Cascão – Aprovar em minuta.
- 1.2.3.** Emissão prévia de Parecer Vinculativo – Isenção IMT requerida por Vítor Manuel Guardado Cantante – Aprovar em minuta.
- 1.2.4.** Pedido de indemnização civil apresentado por Hugo Rafael da Silva Coelho – Proposta de Procedimento – Aprovar em minuta.
- 1.2.5.** Aquisição da parcela 49 do Pólo Logístico e Industrial de Arazede (PLIA) - aprovação da aquisição do prédio inscrito sob o artigo 4808 e da minuta da escritura pública – Aprovar em minuta.
- 1.2.6.** Escritura Pública de Compra e Venda dos Lotes 14 e 15 do PNMMV – Aprovar em minuta.
- 1.2.7.** Venda do negócio do Barclays Bank PLC em Portugal - imóvel em Pereira e Santo Varão – Aprovar em minuta

1.3. RECURSOS HUMANOS (SRH)

- 1.3.1.** Proposta de alteração ao Regulamento da Organização dos Serviços Municipais – Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais do Município de Montemor-o-Velho – Aprovar submeter à AM para aprovação.
- 1.3.2.** Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Montemor-o-Velho face à nova Estrutura Orgânica – Aprovar submeter à AM para aprovação.

1.4. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (STIC)

1.5. CONTABILIDADE (SC)

- 1.5.1.** Documentos de Prestação de Contas 2015 – Aprovar em minuta.
- 1.5.2.** 2.ª Revisão Orçamental – 2016 – Aprovar em minuta.
- 1.5.3.** Prestação de contas referente ao ano de 2015 – Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico.

1.5.4. Proposta de anulação de compromisso relativo ao contrato da empreitada Eixo Viário do Sistema Urbano do Vale – Rua da Igreja – Carapinheira – Aprovar em minuta.

1.5.5. Proposta de anulação de compromissos relativos ao contrato inicial e adicionais da empreitada de: “Centro Náutico de Montemor-o-Velho (CAR): Fase C – UP16 (Açude Jusante), UP21A (Acesso Montante), UP 22ª (Acesso Norte), UP 23 (Acesso Jusante), UP33N (Ciclovía Norte), UP41 (Cortina Arbórea) e UP61 (Barreira de Vento), Fase D- UP31 (Entrada Jusante), Fase I (Pista Atletismo)” – Aprovar em minuta.

1.5.6. Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais” – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/02/2016 e 31/03/2016.

1.5.7. Utilização do saldo da gerência para cálculo dos Fundos Disponíveis.

1.6. TESOURARIA (ST)

1.6.1. Resumo Diário da Tesouraria.

1.7. TAXAS E LICENÇAS (STL)

1.7.1. Isenção de taxas – Festas em Honra de St.ª Joana e St.ª Luzia – 2016 – Ribeira dos Moinhos – Tentúgal – Aprovar em minuta.

1.8. PATRIMÓNIO E CONTRATAÇÃO PÚBLICA (SPCP)

2. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (DDS)

2.1. EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL (SEAS)

2.1.1. Plano de Transportes Escolares – Ano letivo 2016/2017 – Aprovar em minuta

2.1.2. Candidatura ao Projeto S3D (Saúde a 3 dimensões) e ao Projeto “Ponto Serto”: Compromisso de parceria com a Casa do Povo de Abrunheira – Aprovar em minuta.

2.1.3. Proposta de atribuição do Cartão Montemor Sénior a António Manuel Murteiro Abrantes – Aprovar em minuta.

2.1.4. Proposta de atribuição do Cartão Montemor Sénior a Cesaltina de São José Sousa – Aprovar em minuta.

- 2.1.5. Proposta de atribuição do Cartão Montemor Sénior a Celestino Ferreira Monteiro – Aprovar em minuta.
- 2.1.6. Proposta de atribuição do Cartão Montemor Sénior a Alice Tinoco Matias – Aprovar em minuta.
- 2.1.7. Proposta de atribuição do Cartão Montemor Sénior a Alberto Pereira Mateus – Aprovar em minuta.
- 2.1.8. Proposta de atribuição do Cartão Montemor Sénior a Maria Helena de Sousa Almeida – Aprovar em minuta.
- 2.1.9. Proposta de atribuição do Cartão Montemor Sénior a Leonilde de Jesus Freitas – Aprovar em minuta.
- 2.1.10. Proposta de atribuição do Cartão Montemor Sénior a António Rodrigues da Silva – Aprovar em minuta.
- 2.1.11. Proposta de atribuição do Cartão Montemor Sénior a Fernando António Melro – Aprovar em minuta.
- 2.1.12. Proposta de atribuição do Cartão Montemor Sénior a António Ferreira Ramalhão – Aprovar em minuta.
- 2.1.13. Proposta de atribuição do Cartão Montemor Sénior a Filomena Jorge Cavaleiro – Aprovar em minuta.
- 2.1.14. Proposta de atribuição do Cartão Montemor Sénior a Maria Euzília Sérgio Carvalho Valentim – Aprovar em minuta.
- 2.1.15. Proposta de atribuição do Cartão Montemor Sénior a Maria Margarete Ferreira Roque – Aprovar em minuta.
- 2.1.16. Proposta de atribuição do Cartão Montemor Sénior a Maria de Jesus Santos Alves – Aprovar em minuta.
- 2.1.17. Proposta de atribuição do Cartão Montemor Sénior a Manuel Ferreira Gomes – Aprovar em minuta.
- 2.1.18. Proposta de atribuição do Cartão Montemor Sénior a Carlos José Silva Marques Bicho – Aprovar em minuta.
- 2.1.19. Proposta de atribuição do Cartão Montemor Sénior a António Murta – Aprovar em minuta.
- 2.1.20. Proposta de atribuição do Cartão Montemor Sénior a Matilde Pires Monteiro Caldeira – Aprovar em minuta.

2.1.21. Proposta de atribuição do Cartão Montemor Sénior a Maria Isabel Travassos Marques – Aprovar em minuta.

2.1.22. Proposta de atribuição do Cartão Montemor Sénior a Fernando Carvalho Marta – Aprovar em minuta.

2.1.23. Proposta de atribuição do Cartão Montemor Sénior a Manuel Breda Alves – Aprovar em minuta.

2.1.24. Proposta de atribuição do Cartão Montemor Sénior a Maria Dulce Marques Torreiro – Aprovar em minuta.

2.1.25. Proposta de atribuição do Cartão Montemor Sénior a Maria Pereira Marques – Aprovar em minuta.

2.1.26. Proposta de atribuição do Cartão Montemor Sénior a Lucinda Rama Clara Costa – Aprovar em minuta.

2.2. CULTURA E TURISMO (SCT)

2.2.1. Apoio a Entidades e Organismos legalmente existentes, nos termos do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – Pedido de cedência de transporte ao Atlético Clube Montemorense – Ratificação.

2.2.2. Apoio a Entidades e Organismos legalmente existentes, nos termos do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – Pedido de cedência de transporte ao Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho (EBI Pereira) – Ratificação.

2.2.3. Apoio a Entidades e Organismos legalmente existentes, nos termos do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – Pedido de cedência de transporte ao Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho – Ratificação.

2.2.4. Apoio a Entidades e Organismos legalmente existentes, nos termos do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – Pedido de cedência de transporte ao Clube Atlético Pereirense – “Velha Guarda” – Ratificação.

2.2.5. Apoio a Entidades e Organismos legalmente existentes, nos termos do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – Pedido de cedência de transporte à Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Pereira – Ratificação.

2.2.6. Apoio a Entidades e Organismos legalmente existentes, nos termos do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – Pedido de cedência de transporte à Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho – Aprovar em minuta.

2.2.7. Apoio a Entidades e Organismos legalmente existentes, nos termos do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – Pedido de cedência de transporte à Comissão da Igreja da Torre – Aprovar em minuta.

2.2.8. Apoio a Entidades e Organismos legalmente existentes, nos termos do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – Pedido de cedência de transporte ao Grupo Desportivo “Os Águias” – Aprovar em minuta.

2.2.9. Apoio a Entidades e Organismos legalmente existentes, nos termos do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – Pedido de cedência de transporte à Associação de Dadores de Sangue da Vila de Pereira – Aprovar em minuta.

2.2.10. Apoio a Entidades e Organismos legalmente existentes, nos termos do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – Pedido de cedência de transporte à Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Pereira – Aprovar em minuta.

2.3. JUVENTUDE E DESPORTO (SJD)

2.4. INSERÇÃO PROFISSIONAL E APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL (SIPADES)

3. DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL (DPGT)

3.1. PLANEAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL (SPGT)

3.1.1. Informação relativa aos despachos proferidos em conformidade com a delegação e subdelegação de competências concedidas pelos despachos n.ºs 48/2013 e 49/2013 do Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal.

3.1.2. Pedido de licenciamento para obras de demolição, remodelação e ampliação de lar de idosos, a requerimento de Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal para a Rua Dr. Armando Gonçalves n.º 83, da Freguesia de Tentúgal – Proposta para declaração de caducidade do pedido de licenciamento – Proc. n.º 11/2012 – Aprovar em minuta.

3.1.3. Pedido de licenciamento para obras de construção de habitação e muros, a requerimento de Ofélia Maria Pessoa Maia e Outro para o lugar de Moita, da Freguesia de Seixo de Gatões – Proposta para declaração de caducidade da licença – Proc. n.º 38/2013 – Aprovar em minuta.

3.1.4. Pedido de licenciamento para obras de construção de habitação, a requerimento de Rui Pedro Costa de Almeida Pessoa para o lugar de Póvoa de Santa Cristina, da Freguesia de Tentúgal – Proposta para declaração de caducidade da licença – Proc. n.º 42/2014 – Aprovar em minuta.

3.1.5. Pedido de licenciamento para obras de construção de habitação, a requerimento de Nelson António Moreno Carvalho para o lugar de Rua das Alminhas, da Freguesia de Ereira – Para deliberação quanto à aceitação da área de cedência a integrar o domínio público municipal – Proc. n.º 77/2015 – Aprovar em minuta.

3.2. FISCALIZAÇÃO (SF)

3.3. TOPOGRAFIA E SIG (STP)

4. DIVISÃO DE AMBIENTE E OBRAS MUNICIPAIS (DAOM)

4.1. CONSERVAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E LOGÍSTICA (UCIL)

4.2. OBRAS E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS (SOEM)

4.2.1. Protocolo de Cooperação entre o Instituto Superior de Engenharia de Coimbra e o Município de Montemor-o-Velho – proposta de aprovação – Aprovar em minuta.

4.2.2. Regulamento Municipal de Atividade de Comércio de Retalho não Sedentária Exercida por Feirantes e Vendedores Ambulantes do Município de Montemor-o-Velho – proposta de aprovação – Aprovar em minuta.

4.3. AMBIENTE (SA)

ABERTURA DO PERÍODO DE INTERVENÇÃO AO PÚBLICO

(nos termos do n.º 2 do art.º 49º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com os art.3º e 11.º do Regimento da Câmara Municipal, aprovado em reunião de 23 de outubro de 2013)

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2016 de abril 18

-----Verificada a existência de “quórum” foi declarada aberta a reunião, pelas dez horas e trinta minutos. -----

----- DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE:-----

----- - 04 DE ABRIL (ATA 07) DE DOIS MIL E DEZASSEIS. -----

-----A ata da reunião ordinária de 04 de abril de 2016 (ata 07), depois de lida foi posta à votação e aprovada por unanimidade. -----

-----A Vereadora Celeste Duarte não participou na aprovação da ata, nos termos do n.º 3, do art.º 34.º do CPA.-----

----- ORDEM DO DIA -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO PRESIDENTE -----

----- Primeira – O Presidente da Câmara informou que vai estar ausente de 19 a 23 de abril porque foi convidado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses para estar presente no Congresso das Cidades, Municípios e Regiões da Europa, que decorre em Chipre – Nicósia. Este evento conta com a participação de grande parte dos Presidentes de Câmara que fazem parte da CIM-RC. Estruturado em torno de temas como Governação e Liderança, Economia e Finanças, Meio Ambiente, Clima e Energia, Sociedade e Cultura, Integração Europeia, Negócios, Tecnologia e Inovação, Cooperação e Parcerias. Este congresso destaca-se pela possibilidade que os autarcas europeus têm de conhecer as novas estratégias políticas comunitárias. -----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- Segunda – O Presidente da Câmara pede à Vereadora Celeste Duarte que transmita e tome nota do assunto que a seguir vai abordar porque acha que é um assunto muito caro ao Vereador Jorge Camarneiro, embora já seja do conhecimento dele, gostaria que ficasse em ata e que constasse de uma informação. -----

----- Está a decorrer por iniciativa por vários Presidentes de Câmara um conjunto de encontros e negociações com vista à formação de uma Intermunicipal para o abastecimento de águas e saneamento. Esta Intermunicipal tem como condicionantes impostas pela totalidade dos intervenientes Presidentes de Câmara, capitais 100% públicos. Será liderada

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*Reunião ordinária de 2016 de abril 18*

pelos Presidentes de Câmara em exercício e a gestão será feita de uma forma democrática, como é habitual em qualquer Empresa Pública. Os Presidentes de Câmara não terão qualquer remuneração nesta entidade. Torna-se premente a sua fundação porquanto, por estratégia da Comunidade Económica Europeia os avisos para candidaturas ao Portugal 2020 vão deixar de ser acessíveis aos municípios de forma isolada. -----

----- Do ponto de vista da comunidade, existe a necessidade de verticalizar o sistema, ou seja, ganhar escala. Enquanto Presidente da Câmara concorda que é mais fácil gerir numa escala maior a rentabilização de recursos afetos a essa entidade. É muito mais eficiente. Por isso, disponibilizou-se para a primeira abordagem que estão a fazer a esta Intermunicipal para águas e saneamento. Estão a negociar todas as implicações da integração de seis sistemas municipais. -----

----- Referiu que os municípios que estão a participar nestas negociações são: Mira, Montemor-o-Velho, Condeixa, Mealhada, Cantanhede e Soure. Estão também a ter a colaboração do Sr. Secretário de Estado Do Ambiente, Eng.º Carlos Martins, que tem sido incedível, inclusivamente vai disponibilizar apoio técnico para formação desta entidade.---

----- Lembra que no passado este município contratou um técnico, por um valor exorbitante, cujo contrato já foi pago, apesar de não precisarem desse apoio técnico porque têm isso tudo já feito. -----

----- Lembrou os Vereadores que o estudo técnico contratualizado pelo executivo anterior era para uma concessão, que é diferente daquilo que estão hoje a tratar. Frisou que impôs ao consultor técnico que, se queria continuar com o trabalho e receber o resto do valor, tinha que rever o contrato porque este executivo não se revia na concessão e não necessitava desta colaboração e, impôs que o estudo fosse feito para uma Intermunicipal, o que foi feito pelo consultor. -----

----- Referiu que o Secretário de Estado vai disponibilizar um representante de um gabinete próprio de apoio a estas entidades constituído na ERSAR e está agendada uma reunião em Montemor-o-Velho com esse representante no dia 26 de abril, que contará com a presença dos presidentes de Câmara envolvidos -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*Reunião ordinária de 2016 de abril 18*

----- Está, também, em preparação uma comissão executiva para iniciar os trabalhos técnicos e de detalhe para a formação desta Intermunicipal, uma vez que vai passar para outro nível, mais sério e consistente. Passou-se da declaração de vontades para a vontade definida e, cada um dos municípios vai nomear dois ou três técnicos para formar a comissão executiva que será liderada pelo responsável da INOVA que tem a experiência e Know How no terreno. -----

----- Contrariamente às notícias que foram propaladas, este responsável só vai liderar esta comissão executiva. No futuro, a nomeação da direção executiva desta Intermunicipal será da responsabilidade dos presidentes de Câmara no local e deliberação própria. Neste momento o que está em causa é a liderança desta comissão executiva e parece óbvio que seja liderada pelo responsável da INOVA que é uma empresa modelo e de referência em relação a todos os municípios que constituem este núcleo que está a preparar a Intermunicipal.-----

----- Usou da palavra a Vereadora Celeste Duarte informando que a primeira questão que trazia era precisamente sobre a empresa Intermunicipal de água. Já tinha ouvido notícias, estranhava não ter conhecimento nenhum sobre a questão e ainda bem que obteve hoje as informações. Se as coisas correrem como a ideia inicial, que parece ser boa e, dependendo de como decorreram as negociações daqui para a frente, estará completamente de acordo e apoiará a iniciativa proposta. -----

----- Parece uma solução importante e boa para o município. Ainda está numa fase muito embrionária mas parece que pode ter um bom caminho para prosseguir. -----

----- Usou da palavra o Vereador Abel Girão informando que a ideia da possível criação da empresa Intermunicipal tem o seu apoio. Porque considera uma excelente ideia. São os municípios contíguos com Montemor-o-Velho que integram esta empresa, com realidades muito semelhantes e, se tiverem em conta que o capital vai ser 100% público das autarquias, sem intervenção de outras empresas que, mesmo sendo públicas, não tem dado bom resultado em outros sistemas intermunicipais e, nesse sentido, esclarece que o Senhor Presidente da sua parte terá todo o seu apoio relativamente ao processo que, está certo que irá correr da melhor maneira. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*Reunião ordinária de 2016 de abril 18*

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- **Terceira** – O Presidente da Câmara informou que o Tribunal de Contas em acórdão proferido e, que vai transitar em julgado amanhã, recusou o visto ao Reequilíbrio Financeiro e que fazia parte integrante do PAEL. O PAEL foi aprovado e, por isso, tomou uma decisão que é da sua responsabilidade e envolve os seus conhecimentos e a sua postura enquanto jurista, apesar de não poder dizer que nesta decisão, a componente do Jurista é mais importante do que a de Presidente. -----

----- Referiu que tomou a decisão de voltar a submeter o contrato antigo de Reequilíbrio Financeiro com a taxa de juro no máximo, com a duração que estava prevista inicialmente, apesar de ser um contrato que não serve o interesse público do Município e que hoje se encontra totalmente desatualizado, tanto na sua taxa de juro como na sua maturidade. Não serve os interesses do município em termos de gestão financeira e por isso, em face da posição do Tribunal de Contas, decidiu submeter um contrato que nunca produziu qualquer efeito, que foi assinado e está datado de uma determinada época e, na sua ótica de jurista aplica-se a legislação que estava em vigor nesse tempo e, por isso, vai submeter de novo ao Tribunal de Contas, o contrato antigo; contrato com o qual não concorda, com o qual acha que não estão salvaguardados os melhores interesses do município, bem pelo contrário, estão salvaguardados os interesses da entidade financiadora, no caso o banco. -----

----- Deu nota que estavam previstos três contratos de financiamento e, porque a Câmara pagou as dívidas correspondentes a esses contratos, deixaram de ter objeto. O que vai ser submetido é o contrato da Caixa Geral de Depósitos que tem uma taxa de juro elevadíssima e que não serve os interesses financeiros do município. -----

----- Assumiu a sua inteira responsabilidade e quer ver qual é a posição do Tribunal de Contas sobre esta situação. -----

----- É mais uma tentativa que se faz para tentar resolver este imbróglio jurídico que tem a ver com o visto do Tribunal de Contas.

----- Esclareceu que estão a aguardar uma posterior decisão para tentar perceber qual é o sentido que o Tribunal de Contas dá a estas situações. -----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*Reunião ordinária de 2016 de abril 18*

----- DA VEREADORA CELESTE DUARTE -----

----- Primeira – A Vereadora Celeste Duarte informou que, como é do conhecimento do Presidente de Câmara e dos Srs. Vereadores, a fábrica Karapi em Tentúgal pode encerrar as portas e será um drama sobre o concelho e sobre muitas famílias. A situação é dramática, trabalham lá cerca 95 ou 96 pessoas, são muitas famílias diretamente atingidas. Para além dessas pessoas, há cerca de mais 40 que trabalham a recibos verdes, uma forma de exploração absolutamente inacreditável, que ganham à peça, cosendo em casa os sapatos, apesar de ser uma exploração, é a única forma de algumas famílias terem algum rendimento. É uma situação absolutamente dramática e perante isto, pensa que não se podem baixar os braços e, tudo tem de se fazer para salvar a empresa, tendo em conta o número de famílias envolvidas e a falta de emprego no concelho e até pela importância perante o número de pessoas que ali trabalham e, para a economia do concelho.-----

----- Desafiou o Senhor Presidente da Câmara a entrar nessa luta em defesa da unidade fabril, questionando se já teve alguma iniciativa ou o que pretende fazer para tentar resolver este drama, embora a esperança não seja muita.-----

----- Usou da palavra do Presidente da Câmara agradecendo a oportunidade que a Prof. Celeste Duarte lhe dá para falar da Fábrica Karapi. -----

----- Referiu que soube da situação na quinta-feira passada e, de imediato, avisou os serviços sociais para qualquer ocorrência e para estarem na retaguarda para apoio das pessoas afetadas. -----

----- Esclareceu que estará inteiramente disponível para qualquer solução que seja possível e viável enquanto Presidente de Câmara mas, é preciso dizer com clareza que o Presidente de Câmara e os seus Vereadores têm as funções perfeitamente definidas na Lei e o que estão a falar é de um problema de natureza privada, mas ainda assim está disponível para que a Prof. Celeste faça uma proposta que tenha fundamento legal para que a Câmara possa intervir. Enquanto aguarda a sua proposta, ou a proposta da sua bancada, disponibilizará, de imediato, os serviços sociais em permanência para ajudar estas famílias nas várias vertentes que o município tem, de apoio a famílias que se encontram desempregadas e lembra que é muito importante que todas as bancadas divulguem esta

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*Reunião ordinária de 2016 de abril 18*

situação porque imagina que na Karapi trabalhem os dois membros do agregado familiar, ou que só a esposa naquele agregado familiar, é detentora de rendimento e por isso disponibiliza os serviços da Câmara para apoiarem já nas medidas que têm, tanto na emergência social como na água, em várias situações. -----

----- Recomendou à Sr.^a Vereadora Alexandra Ferreira especial atenção de imediato para esta situação. -----

----- Pediu ao Sr. Vereador Jorge Camarneiro, no âmbito do SIPADES, que é um serviço que a Câmara disponibiliza, que tem muita importância, onde os funcionários são muito dedicados, que têm informação privilegiada e que as pessoas não aproveitam. Já teve oportunidade de ir e ver e de até levar algumas pessoas e acha que se está a desperdiçar o serviço que ali é prestado. Referiu que irá falar com o Dr. Pedro Oliveira, visto que o Sr. Vereador está ausente, para ter especial atenção e para acompanhar de perto estes trabalhadores porque precisam de apoio e de conforto. Ainda assim, estará disponível para falar com o responsável pelo CLDS que tem, também, habilitações especiais para poder dar apoio neste particular caso. -----

----- É o que pode fazer e aguarda qualquer outra sugestão que tenha fundamento legal.-

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** – A Vereadora celeste Duarte, em relação às taxas de IMI que estão a ser cobradas, tem algumas dúvidas. Frisou que no seu caso a taxa é de 0,4%, mas há pessoas que têm 0,5%. As duas taxas foram aprovadas em reunião, e por esse motivo deseja um esclarecimento sobre a questão. -----

----- Usou da palavra o Presidente da Câmara, dando-lhe inteira razão, referindo que está profundamente desagradado, agastado e até de certa forma ofendido com a forma como as pessoas estão a ser tratadas na Autoridade Tributária, em particular na Repartição de Finanças de Montemor-o-Velho. As pessoas têm legitimamente dúvidas sobre estas situações. Aquilo que a Prof. Celeste aqui denunciou é verdade. Há pessoas que têm notificações de IMI a 0,4% e outras a 0,5% e isto tem de ser explicado às pessoas e a única explicação que é dada, ou pelo menos que é reportada pelas pessoas é que se encaminhem para a Câmara, que a Câmara explica. É assim que as pessoas são tratadas. As pessoas que

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*Reunião ordinária de 2016 de abril 18*

contatam a Câmara vêm com esta afirmação, que da Repartição de Finanças lhes disseram para se dirigirem à Câmara para obterem explicações; que a Câmara é que é responsável por isto. -----

----- Esta situação é tanto mais lamentável que vai pedir ao Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Miguel Felgueiras, que faça um ofício para que proteste junto da Autoridade Tributária, neste caso junto do Chefe da Repartição de Finanças com o tratamento que têm conhecimento que é dado aos contribuintes deste concelho, que merecem outro tipo de explicação para a situação, em particular, para a divergência de notificações e para algumas informações que as notas de cobrança contêm que as pessoas não sabem porque lá estão, não sabem o seu conteúdo e naturalmente têm o direito, porque são contribuintes e pagam impostos, de serem devidamente assistidos e devidamente esclarecidos junto da Repartição de Finanças, o que não está a acontecer. -----

----- Ainda assim, tomou a decisão de entrar em contacto com o Auditor Interno, aqui presente, embora não seja algo para o qual tenha sido contratado, no âmbito da sua prestação de serviços, pediu para que disponibilizasse dois dias por semana para atendimento às pessoas, no âmbito dos seus conhecimentos, ou daquilo que pode fazer para ajudar e esclarecer as pessoas dos direitos que têm, relativamente ao IMI, nomeadamente revisão, avaliações, tudo aquilo que pudesse ser feito para minimizar o impacto na sua nota de cobrança. Fazer aquilo que a Autoridade Tributária tem o dever, por Lei, de fazer, que é esclarecer as pessoas e que não está a fazer. -----

----- Como não acredita que isso venha a acontecer, em reação ao protesto feito pelo Dr. Miguel Felgueiras e que irá assinar, disponibiliza já, a partir desta semana, quarta e sexta-feira da parte da tarde, esse serviço de apoio ao munícipe, extraordinário e temporário, enquanto for necessário. Mais não pode fazer. -----

----- Esclareceu que não é uma situação criada pelo Presidente da Câmara, nem por este Executivo em particular. É uma situação que decorre do que aconteceu no passado e decorre da contratação do PAEL e da necessidade da existência do PAEL e que mais uma vez tem de ser referenciado nesta discussão. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2016 de abril 18

----- Informa os Vereadores que vai seguir uma informação à população sob a forma de mailing, com esta explicação, do motivo da taxa de IMI estar no máximo. Porque alguém e algumas pessoas, numa forma hábil, tentam camuflar esta situação e tentam tirar vantagens políticas da situação. Acha lamentável que as pessoas não assumam que têm um problema grave na Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e que esse problema foi criado por outras pessoas. -----

----- Lamenta que sejam essas outras pessoas, ainda hoje, a vangloriar-se do são obrigados a fazer no presente; a vangloriar-se que no passado não era assim, que com eles não era assim, quando isto é consequência direta e necessária do seu comportamento inusitado, completamente displicente e de má gestão que tiveram no passado. Por isso mesmo e, para que toda a gente fique esclarecida, não fiquem surpreendidos se na vossa caixa do correio recebam uma informação elaborada por si com a cópia do ofício da DGAL que lhes impõe a colocação da taxa no máximo. -----

----- Frisou que quando quiserem fazer política consigo, ou fazem seriamente de uma forma transparente ou então terão estas respostas em conformidade. -----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- **Terceira** – A Vereadora Celeste Duarte informou que mal chove um bocadinho, continuam a ter surpresas no concelho muito desagradáveis. Sabe que a Proteção Civil tem tido um forte investimento e tem havido muitos simulacros, muita atividade interessante, mas de vez em quando chove mais um bocado e temos mais um problema, referindo-se às cheias do Moinho da Mata. Não sabe como se resolvem mas, alguém tem de saber e, o problema tem que se resolver. -----

----- Usou da palavra o Presidente da Câmara informando que o modo como falou da ação da Proteção Civil, deixou-o com a “pulga atrás da orelha”. A Proteção Civil tem muita atividade, muitos simulacros e muito equipamento, assume estas palavras inteiramente, visto que é uma prioridade sua. Não deve, a Vereadora, ter dúvidas quanto a esta questão. -

----- Esclareceu que se há alguma coisa que tem orgulho de fazer nesta Câmara é o serviço que prestam ao nível da Proteção Civil. A velocidade com que hoje se responde, a forma atempada e eficaz como a Proteção Civil responde é absolutamente inequívoca, é

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*Reunião ordinária de 2016 de abril 18*

referenciada a nível distrital e já até nacional. Já tiveram pedidos de pessoas que querem ver como funciona a organização, pedidos de professores universitários que querem vir estudar o que faz a Proteção Civil e por isso não pode deixar de estar orgulhoso. -----

----- Convidou a Vereadora para quando tiver um dia disponível, o acompanhar nas visitas que faz quando acontecem estas calamidades, estas intempéries. Tem a preocupação de ir aos concelhos vizinhos e as situações são transversais em todo o lado. -----

----- O que aconteceu neste fim-de-semana foi que caiu uma grande quantidade de água, um nível de precipitação muito elevado e concentrado. Andou a circular no Moinho da Mata, em pleno temporal, e verificou que existia um assunto localizado, não era só no sítio que a Vereadora referiu mas por todo o Moinho da Mata, desde Gatões até ao Areal. O que aconteceu foi que houve uma grande concentração de água nesse local em concreto. -----

----- Há um conjunto de situações que têm a ver com a grande quantidade de água, e outras situações que têm a ver com defeitos estruturais da própria instalação. Tampas de saneamento que levantam, barreiras que caem, aquedutos que vão cedendo, estas situações acontecem em qualquer local, em qualquer concelho, é transversal. -----

----- Explicou que quando ocorreu a queda dos aquedutos na A14, a sua equipa pessoal e a Proteção Civil andaram pelo concelho da Figueira da Foz a escolher a melhor alternativa para a situação. Logo no próprio dia, e foram os primeiros a anunciar os circuitos alternativos, e reclamou junto da Brisa a sinalização necessária que depois foi colocada nas vias que deram como alternativas. -----

----- Frisou que se as pessoas do concelho de Montemor-o-Velho circulassem por aquelas estradas, naturalmente que tinham a mesma reação que têm junto das do concelho, porque algumas delas estão bem piores. Bem piores que a estrada da Raseira. Esclareceu que não é nenhuma crítica ao concelho vizinho mas, às vezes as pessoas não sentem e não têm a noção do esforço que os trabalhadores desta casa e o atual executivo está a fazer no sentido de recuperar, referindo que estes fenómenos ocorrem em todo o lado. Por mais simulacros que se façam, eles são feitos nas escolas como a Vereadora sabe, visto que é professora e, está muito orgulhoso de isso estar a ocorrer porque devem-se formar os alunos para as situações. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2016 de abril 18

----- Nesses simulacros têm detetado inoperâncias e situações menos boas e que vão ser corrigidas prontamente. -----

----- A Vereadora não se deve reter só na questão dos simulacros, mas sim no que efetivamente o executivo faz, que é muito. -----

----- Deu nota à Vereadora que todas as ocorrências foram debeladas dentro do que é normal e expectável. As críticas que acha que devem ser feitas é no sentido de melhorar o serviço ou de pontualmente detetar uma fragilidade ou algo que não funcione tão bem, essas críticas são bem-vindas no sentido de melhorar os serviços. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

DO VEREADOR AURÉLIO ROCHA

----- **Primeira** – O Vereador Aurélio Rocha, saudou e deu as boas-vindas à Professora Celeste Duarte. -----

----- **Segunda** – O Vereador Aurélio Rocha informou que foi abordado por pessoas da Rua dos Lavradores na Pedra Branca, é uma rua que faz a ligação entre a Pedra Branca e os Carapetos, onde terá havido intervenção a nível do saneamento há cerca de 3 meses e, foi ontem ao local e, de facto, o percurso que está afetado é curto, poucos metros mas, o que é certo é que a rua está praticamente intransitável. Referiu ser apenas uma chamada de atenção e, certamente os serviços estarão atentos a esta questão, mas no entanto não podia deixar de trazer à reunião uma vez que foi abordado pela população em questão. -----

----- Usou da palavra o Presidente da Câmara, solicitando à Chefe de Divisão de Ambiente e Obras Municipais que tomasse em devida nota o assunto e, de imediato verificar se está intransitável. Se assim for, tem que ter sinalização e o empreiteiro tem que ser responsabilizado de imediato para vir fazer as correções. Frisou que se é o empreiteiro que pensa, tem que levar a advertência acrescida visto que já andam todos saturados da sua inoperância nestas situações. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **A1. GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE (GAP)** -----

----- **A2. GABINETE DE AUDITORIA (GA)** -----